

Capitalistas e o Estado Imperial: a trajetória econômica e política do comendador Francisco de Paula Santos – Ouro Preto c. 1830 – c.1870

Leandro Braga de Andrade¹

Resumo

A atuação política das elites regionais refletiu e amalgamou a conformação da unidade territorial e do funcionamento das instituições do Estado Imperial. Partindo de uma pesquisa sobre as práticas de mercado e a inserção política de negociantes e capitalistas de Ouro Preto nas cinco primeiras décadas após a independência, temos como ponto nodal da análise a trajetória do comendador Francisco de Paula Santos. Seu percurso individual, familiar, empresarial e político uma trajetória de negócios e de inserção política que o colocava como verdadeiro mediador entre o centro econômico e político do Império com o interior, especificamente a cidade de Ouro Preto.

Palavras-chave: elites regionais; Minas Gerais; negociantes; capitalistas; Estado Imperial;

Área Temática: 3 – História Econômica, do pensamento econômico e Demografia histórica

¹ Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET-MG.

Capitalistas e o Estado Imperial: a trajetória econômica e política do comendador Francisco de Paula Santos – Ouro Preto c. 1830 – c.1870

A pesquisa apresentada tem como foco a trajetória dos negócios e da atuação política de um dos principais empresários de Ouro Preto no século XIX, o comendador Francisco de Paula Santos. O objetivo é analisar o contexto de formação e consolidação do Estado Imperial brasileiro, através da atuação de grupos dominantes locais que, ao estabelecerem redes de sociabilidades e negócios na região e em outras partes do Império, construíram-se como elementos fundamentais para a manutenção da ordem, da unidade territorial e da centralização político-administrativa. A estratégia metodológica é esmiuçar os negócios, os investimentos e as estratégias de reprodução da riqueza, no mesmo passo da inserção política e familiar.

Durante os debates parlamentares acerca da reforma bancária de 1853, que fundiu o Banco Comercial do Rio de Janeiro e o Banco do Brasil de Mauá, o então deputado Francisco de Paula Santos expressou descontentamento com os rumos do projeto, ao observar que: “(...) a classe dos homens práticos, a humilde classe dos homens práticos, que eu tenho a honra de representar nesta casa, não está tomando parte dos debates.” (BRASIL, 1853. Vol 2. 15/06/1853). A carga de crítica contida em sua fala revela o viés de suas intervenções na Assembleia Geral, o de representar os interesses de comerciantes, fazendeiro e mineradores no universo de letrados, bacharéis e eclesiásticos, predominantes

Entre as décadas de 1830 e 1870 o comendador construiu grande fortuna, a partir da atuação mercantil, intermediando a vida financeira da capital da província com o Rio de Janeiro, praça mercantil que centralizada os negócios da região Centro Sul. Sua ascensão, que inclui o comércio de escravos, negócios com mineradoras estrangeiras, comércio de importação e exportação, empréstimo de dinheiro à juros e especulação com títulos da dívida pública, esteve intimamente ligada aos seus laços familiares e sua projeção política.

Filho de um médico português, seu casamento com D. Rosalina Francisca de Oliveira, em 1834, filha do Coronel Joaquim José Fernandes de Oliveira Catta Preta, o inseriu numa família de antigos mineradores, em dificuldades na época, pela precariedade técnica e falta de capitais para investir nas lavras do distrito do Inficionado. Na capital da província, a família Catta Preta ainda gozava de respeito e acesso a cargos públicos eletivos. Desde então, o futuro comendador, passou a figurar entre os eleitores escolhidos na Paróquia de N. S. do Pilar, além de eleger-se deputado provincial para as legislaturas da década de 1840 e, na década de 1850, estrear na Assembleia Geral, onde permaneceu por vários mandatos.

Negociante austero e investidor moderno, Paula Santos, no entanto, não se furtou em lançar mão de aproximações políticas e estratégias sociais, no intuito de ganhar notabilidade na capital da província e inserção na Corte. Recebia os agentes ingleses da nova mineração subterrânea em sua casa, estabelecia amizades com políticos, fazendeiros e mineradores, pleiteava títulos honoríficos do Império e ocupava cargos de manutenção da ordem local. Além disso, nunca deixou de disponibilizar crédito em sua casa de negócio, tanto para proprietários quanto comerciantes e moradores da cidade.

As relações familiares foram estratégicas para a conformação e reprodução das elites locais. O comendador, por exemplo, chefe do clã depois da morte do pai, fez com que os irmãos mais novos se tornassem verdadeiros agentes de seus interesses e partícipes de suas estratégias. Marçal José dos Santos formou-se na Faculdade de Direito de São Paulo e, como advogado, representou o irmão negociante em ações judiciais, sendo procurador em diversas transações comerciais. Marçal e Joaquim José dos Santos Junior casaram-se com senhoras da mesma família da esposa do irmão mais velho, os tradicionais Fernandes de Oliveira Catta Preta.

Em 1856, casou sua filha Francisca de Paula Santos com Henrique Dumont, engenheiro, filho do francês François Dumont, minerador de diamantes no norte de Minas Gerais. Deste casamento nasceu o inventor Alberto Santos Dumont. O genro foi sócio do comendador em negócios agrários em Minas e no Rio. Em 1872, Paula Santos comprou uma fazenda de café, em Valença, Vale do Paraíba, de onde Henrique Dumont iniciou o empreendimento agrário. Mais tarde, já no Oeste Paulista, o café a dele um dos homens mais ricos do Brasil (ANDRADE, 2013).

No processo de constituição e centralização do Estado brasileiro, os agentes que se posicionavam como elite política, social ou econômica de determinada região serviram também como agentes da ordem e dos interesses do Império. Eles se tornaram mediadores entre a comunidade local, uma cidade, uma área rural ou província, com o centro do poder, representado pela Corte e suas instituições políticas.

Como representante da “classe homens práticos”, no sentido que apresentou em seu discurso em 1853, Paula Santos conhecia o mundo dos negócios, a propriedade da terra e de escravos, a concessão de crédito, as demandas políticas e econômicas das elites da cidade e da região. Sua trajetória, pode servir como caminho para se conhecer as práticas políticas e relações sociais que se estabeleciam no Brasil em meados do século XIX.

O objetivo é identificar que a atuação empresarial não esteve dissociada dos negócios com a escravidão, de privilégios e articulações com o Estado, além das redes de inserção social e nobilitárias, advindas do Antigo Regime. Portanto, negociantes, capitalistas e banqueiros não se configuraram como empreendedores excepcionais, mas como homens de seu tempo respondiam às transformações das práticas de mercado e comportando-se como parte da classe senhorial dominante (GUIMARÃES, 2012. p. 33-34).

O diversificado conjunto documental analisado tem possibilitado a construção de um perfil para a trajetória de Francisco de Paula Santos e abertos campos profícuos de pesquisa. Entre as fontes estão: registros cartoriais (escrituras de compra, contrato, dívidas, procurações e inventários); listas nominais de habitantes, licenças municipais, documentação oficial da Presidência da Província e Secretaria de Governo, correspondências particulares, periódicos mineiros e anais da câmara dos deputados.

1 - Elites regionais no Império

No processo de construção e consolidação do Estado brasileiro, novos e velhos contornos configuraram a atuação e o perfil da elite. Fazendeiros e letrados que compuseram a primeira elite política provincial (deputados, senadores, presidentes de província, nobres, ministros e conselheiros de Província e de Estado) conformaram também uma elite nacional, com seus cargos e poderio político na Corte. Afinal, conforme sugere Heinz (2006), os grupos e indivíduos atuantes nas instâncias superiores da sociedade ocupam posições-chave, colocam-se como dirigentes da coletividade e contribuem para a reprodução da hierarquia social vigente, representa a elite. Assim, o termo elite denota de um lado um movimento dinâmico horizontal onde o político, o econômico e o social podem ou não estar associados, e, de outro, um movimento vertical atravessado por diferentes níveis de domínio local, regional e nacional, a depender da área de atuação dos indivíduos e dos cargos que ocupam. A leitura de Heinz nos permite considerar como parte da elite local oficiais da Guarda Nacional, juizes de paz, padres, eleitores escolhidos na paróquia para as eleições parlamentares, chefes de polícia, proprietários, negociantes, empresários e rentistas – agentes que detêm poder e prestígio social na região.

Há, nesse sentido, uma espécie de elite luso-brasileira plurifuncional, acostumada a acumular postos políticos e administrativos, a adotar práticas clientelísticas de domínio social e a compor laços familiares. Tais características são destacadas por Maria Fernanda Martins em seu estudo sobre as elites e o Conselho de Estado, no qual examina as ações de grupos da elite no processo de centralização do Estado imperial como “portadora[s] de uma cultura política marcada pela continuidade do período colonial”, que se vai reconfigurando com o ideário liberal e o projeto de construção do país (MARTINS, 2007. p. 31-34).

Investigando o Rio Grande do Sul, Jonas Moreira Vargas revelou que abaixo da elite provincial havia a “elite paroquial”. Vargas entende a paróquia não apenas como circunscrição religiosa, mas como localidade distante geográfica e politicamente do centro do poder. Em sua avaliação, a elite sul-rio-grandense compreendia “(...) as autoridades públicas paroquiais (militares, oficiais da Guarda Nacional, delegados, juizes de paz, padres, vereadores, tabeliães, entre outros), parte dos comerciantes e dos médios fazendeiros”. Para o autor, os potentados do poder paroquial “(...) se caracterizariam por apresentarem uma esfera de influência reduzida, ao próprio município e arredores e, dificilmente, alguns desses conseguiriam romper esta barreira (...)” (VARGAS, 2010, p.

45). Trata-se, portanto, de bela analogia. Afinal, o processo de condução de um indivíduo a um cargo político eletivo no Brasil imperial começava na paróquia, isto é, o local influencia na composição social e política do país e é influenciado por outras esferas de poder mais abrangentes. Em miúdos, todo fazendeiro, negociante, deputado, senador ou barão tinha relações no município, na paróquia, na freguesia ou no distrito.

Nesse sentido, é que se justifica a investigação da forma de atuação de grupos, famílias e indivíduos que compuseram uma parte da elite da cidade de Ouro Preto, capital da província. Como foco, os principais negociantes e proprietários que tiveram forte atuação na esfera política local, mas que se ligavam às redes mais amplas.

Um dos precursores da abordagem que congrega relações econômicas com atuação política foi Alcir Lenharo (1979). Em *As tropas da moderação* o autor analisou a grande produção pecuarista da região sul de Minas Gerais, voltada para o fornecimento do Rio de Janeiro. Na primeira metade do século XIX emergiu uma classe proprietária que, pouco a pouco, passou a ter uma maior projeção política chegando a influir e participar da formação do Estado Imperial, sobretudo no período da regência (moderados). Isso indicaria que o mercado interno teria tido vigor o suficiente para acumular riqueza, integrar o Centro-sul e gerar novos personagens da elite política nacional.

A correlação negócio/política e abordagem regional tem inspirado pesquisas que trabalharam famílias e lideranças políticas do interior de Minas Gerais. Edna Resende (2008) penetrou no universo da camada senhorial de Barbacena. Esta seria formada por ricos fazendeiros e negociantes, tratando diretamente na Corte, e nascidos em famílias que haviam deitado raízes em Minas, desde o século XVIII. A autora realizou uma verdadeira genealogia, inclusive de fortunas, negócios e propriedades, e mapeamento prosopográfico da elite que não hesitou em debater, liderar e intervir nos destinos da política local e também do país. Uma dessas famílias, a Ferreira Armond, alinhavou toda a narrativa.

O vai-e-vem das tropas trazia da corte os livros e as ideias liberais. Do cotidiano da circulação, dos negócios, do debate em espaço público, em periódicos, festas eleições nascia uma visão própria do Estado que se formava. Eram filhos do Antigo Regime que adaptavam sua experiência senhorial às novas ideias e formas de ação política, no período regencial.

Marcos Ferreira Andrade (2008) analisou a elite da região de Campanha da Princesa, importante centro agropecuário do sul de Minas Gerais. Ele também processou uma caracterização econômica da vila, lançando mão da quantificação dos dados de inventários. Em outra parte, o autor reduziu a escala de observação fazendo um profundo estudo da família Junqueira, a mais influente da região, nos seguintes aspectos: fortunas; herança; alianças matrimoniais; estratégias para manter o prestígio e o poder da família; sua relação com outras famílias da elite; as estratégias senhoriais na relação com seus escravos; a atuação da família na política, em especial na revolta liberal de 1842. Como Edna Resende, o autor defende a participação ativa das elites regionais na construção do Estado, "(...) impondo suas demandas e constituindo-se como elite política que, ao mesmo tempo em que assumia o compromisso com a condução e preservação do Estado, mantinha seus laços com sua região de origem" (ANDRADE, 2008, p. 232).

Esse panorama dos novos estudos políticos sobre Minas provincial reforça nosso intuito de buscar, em uma abordagem micro-analítica, a conexão entre o regional e o geral, relacionando também a atuação mercantil com as relações políticas e sociais.

A atuação de negociantes, capitalistas e empresários, em geral, nos tempos da formação do Estado brasileiro, em uma economia pré-industrial e escravista, configura-se como campo de pesquisa profícuo, na medida em que esse grupo compôs a classe senhorial disputou o poder e amalgamou a unidade territorial. Exemplo é pioneiro trabalho de Petrone (1976), que esmiuçou os negócios dos negociantes e arrematante de impostos sobre o gado em São Paulo, Antônio da Silva Prado, o Barão de Iguape.

A construção do Estado e da unidade territorial, na ótica de Ilmar Mattos, envolve o modo como a "classe senhorial" (governo da casa) e a "classe dirigente" (governo do Estado) se imbricaram mutuamente num projeto político cuja base eram as províncias, e a trama de conflitos que particularizavam (MATTOS, 1990). Já para Miriam Dolhnikoff (2003), a unidade territorial se fez pelo arranjo institucional de cunho federalista forjado no período regencial, que acomodou as

elites regionais mantendo seu poderio local e o acesso ao poder central. O que garantiu a esses grupos articularem interesses regionais e nacionais, mesmo após as medidas legislativas centralizadoras após o Regresso.

A interpretação de homens de negócios, como Francisco de Paula Santos, como parte da elite econômica, política e social que permite conectar a realidade local ao centro de decisão e ao processo global de consolidação de instituições, poderes e do jogo político imperial.

2 – “Diz Francisco de Paula Santos que é negociante de grosso trato em Ouro Preto”: práticas mercantis, fortuna e estratégias de intermediação.

Os negócios do comendador rastreados na documentação evidenciam sua atuação no mercado de crédito local, no comércio de escravos, além de ter sido o principal intermediário das companhias inglesas de mineração na cidade. A despeito da não localização de seu inventário, as informações de que dispomos permitem estimar que o comendador, provavelmente, acumulou um patrimônio no nível de grandes negociantes grossistas de São João Del Rei e do Rio de Janeiro, cidades economicamente mais dinâmicas que Ouro Preto, no século XIX. Vejamos a tabela 01 com alguns dos valores movimentados por Paula Santos:

Tabela 01

Valores movimentados por Francisco de Paula Santos em vários anos

| Operações comerciais/Período | Valor |
|--|--------------|
| Crédito registrado e escrituras de “dívida e hipoteca” (1835-1864) | 52:805\$521 |
| Imóveis adquiridos (1835-1864) | 5:710\$000 |
| Imóveis vendidos (1835-1864) | 12:700\$000 |
| Escravos comprados (1835-1864) | 26:500\$000 |
| Escravos vendidos (1835-1864) | 11:800\$000 |
| 414 Escravos alugados para a <i>Saint Jonh Del Rey Mining Company</i> (valor estimado em 1880) | 341:136\$000 |
| 694 ações do Banco do Brasil em 1857 (valor estimado) | 138:000\$000 |
| Metade do empréstimo feito à província (apólices, em 1842) | 170:000\$000 |
| Aquisição de um prédio urbano (Rio de Janeiro, 1855) | 30:000\$000 |
| Aquisição da “Fazenda do Casal” (Valença, 1873) | 116:000\$000 |

Fonte: AHMI. Livros de notas; AHMI. Inventários *post-mortem*; ANRJ. Livros de notas; BURTON, 2001; LIBBY, 1984; Accionistas do Banco do Brasil na Assembléa Geral de 28/07/1857, (sem referência);

A tabela 1 está longe de representar o que teria sido o patrimônio de Paula Santos, mas aponta para a diversidade e a envergadura dos seus negócios. O alto valor das hipotecas das quais ele foi credor, dos imóveis adquiridos, unido à movimentação do comércio/arrendamento de escravos, ações bancárias e apólices da dívida pública, sugerem, no entanto, a relevância de seus negócios.

A diversidade dos investimentos seguia trajetória e composição muito semelhante à dos grandes negociantes grossistas da Corte, incluindo a aquisição de ativos financeiros com rendimentos seguros, terras para a cafeicultura e imóveis urbanos. No relato do viajante Herman Burmeister, em passagem por Ouro Preto, em 1850, Paula Santos é descrito “(...) com uma expressão de importância e arrogância, justificada pela posse de seu meio milhão de mil réis.” (BURMEISTER, 1980, p. 300). Portanto, a julgar por tal relato, possuía cerca de 500 contos de réis, trinta anos antes de seu falecimento.

A faixa de acumulação predominante para os negociantes lojistas de Ouro Preto é aquela denominada “média alta”, na hierarquia construída por Kátia Mattoso (1992). Em Salvador, as fortunas acima de 10 contos de réis representavam as faixas em que o patrimônio tornava-se sólido, com saldo positivo na liquidação do inventário, imóveis bem estruturados no campo (terras, benfeitorias) ou na cidade (quintas ou casas de sobrado). Segundo a autora, “(...) nessa faixa [de 10:100 a 50:000] concentravam-se os lojistas bem estabelecidos, que controlavam o varejo, além de funcionários e magistrados, alguns profissionais liberais e membros do alto clero.” (MATTOSO, p.

610). De 30 patrimônios de origem mercantil investigados em Ouro Preto, apenas 11 superaram o valor de 50 contos de réis (ANDRDE, 2013), faixa considerada por Mattoso como “grandes fortunas”. Tudo isso, só indica o nível de excepcionalidade da a acumulação de Paula Santos.

No estudo da riqueza urbana em São Paulo, Maria Luiza Oliveira (2005, p. 86) enquadrou os negociantes de fazendas secas como “setores médios paulistanos” e demonstrou que se trata da primeira faixa de fortuna, com um equilíbrio perceptível na distribuição do patrimônio. Para o caso de Ouro Preto, estamos tratando de parte da elite econômica e política local, que mesmo tendo amargado o empobrecimento da praça mercantil com crise da mineração tradicional, mantiveram-se entre os mais importantes mediadores econômicos, políticos e sociais da capital da província.

A loja era a base dos negócios, de onde partiam e chegavam carregamentos e, principalmente, onde se realizava operações de crédito e demais investimentos que caracterizavam o alto comércio, mas também do movimento cotidiano da compra de ferramentas, utilidades, vestimentas e também da demanda local por produtos de primeira necessidade ou de luxo.

Existem apenas 33 registros de comerciantes mineiros na Junta do Comércio Agricultura e Fábricas do Rio de Janeiro, dos quais nove eram de Ouro Preto. O baixo número de registros indica que a formalização do negócio era feita na própria cidade, através do pagamento das licenças municipais. No entanto, ao se registrarem na Corte os comerciantes do interior ratificavam suas posições de “negociantes de grosso trato”, portanto de mediador entre o Rio de Janeiro a localidade. Isso pode ser visualizado na solicitação de Francisco de Paula Santos para registro na Junta, em 1843, quando já era um dos maiores negociantes de Minas Gerais: “Diz Francisco de Paula Santos que é negociante de grosso trato em Ouro Preto Minas Gerais estabelecido com crédito, fundo, escrituração mercantil, importava exportava gêneros (...)”² [grifo nosso]

A análise da trajetória mercantil de Paula Santos demonstra exatamente o que descreve no pedido: importava da Corte para Ouro Preto, escravos e fazendas secas, exportava gêneros como o salitre, café, além de atuar no comércio do ouro. Em 1833, Paula Santos informava ao presidente da província que enviava “(...) 443 arrobas de salitre de minas para “Casa da Pólvora Nacional”, através dos tropeiros Manoel Pinto Cardoso e Joaquim Gonçalves Dias”.³

Nas décadas de 1830, 1840 e 1850, segundo as escrituras registradas em cartório, destacam-se as seguintes casas que atuavam no atacado de gêneros molhados ou fazendas secas:

Quadro 1 – Algumas casas grossistas que atuavam de Ouro Preto com vínculos no Rio de Janeiro (décadas 1830 e 1840)

| | |
|---|---|
| Silvério Pereira da Silva Lagoa | Negociante de molhados em Ouro Preto |
| Guimarães Lagoa & Cia | Firma de molhados importados. Rio de Janeiro. Silvério Pereira da Silva Lagoa era sócio. |
| Francisco de Paula Santos | Negociante de fazendas, de escravos, de ouro e salitre. |
| Pena Santos & Cia | Atacado de fazendas secas. Rio de Janeiro. Francisco de Paula Santos era sócio |
| Santos & Irmão | Negócio de fazendas e agente financeiro na Corte. Sociedade de Paula Santos e Joaquim José dos Santos Jr. |
| José Batista de Figueiredo e irmão | Negócio de fazendas e grosso trato dos irmãos José Batista e Carlos de Assis Figueiredo. |

Fonte: Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência (AHMI). Livros de notas.

Outras casas comerciais também compravam diretamente do Rio de Janeiro e revendiam na região, mas os casos do quadro 1 são aqueles que podemos afirmar a prática grossista nos termos mais estritos: importavam diversos gêneros e revendiam na região para outros comerciantes.

Existem poucas informações sobre as operações da Pena Santos & Cia, mas sua atuação na década de 1830 comercializando fazendas secas em Ouro Preto é certa. Em escritura de 1837, Guilherme Cypriano de Souza Motta, comerciante da cidade, registrou hipoteca de quatro escravos, por dever 2:579\$531, relativo a compra de fazendas com firma Pena Santos & Cia, situada no Rio de Janeiro e representada pelo seu procurador e sócio, o eminente negociante, Francisco de Paula

² ANRJ. Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação. Matrícula dos Negociantes de grosso trato e seus Guarda Livros e Caixeiros. Códice 170.

³ APM. Câmara Municipal de Ouro Preto. CMOP ¾ doc 46.

Santos.⁴ Em 1838, o mesmo Paula Santos vendia uma casa no valor de 1:700\$000, que havia recebido por execução judicial de José Ferreira da Silva, devedor da firma. Na escritura de venda, ele se apresentava “(...) como sócio da Pena Santos e Companhia, possuidor da dita casa, que a tem por uma execução por dívida contra o capital José Ferreira da Silva”.⁵

A documentação, além de comprovar a atuação da casa comercial, mostra a função de Francisco de Paula Santos, que era a de representar os interesses da firma no interior e, como veremos em outros exemplos, representar os interesses do próprio comerciante e de outros clientes no Rio de Janeiro.

O comerciante Modesto Antônio Machado de Magalhães, em 1832, trocou diversas correspondências com a Pena Santos no Rio de Janeiro e recebia respostas de seus pedidos, como a relatada abaixo:

Amigos e Senhores, temos presentes três cartas de V. S.s dos dias ..., 25 e 30 do mês passado, o que nos cumpre responder. Não ha atualmente bilhetes de loteria a venda, mas fica em nossa lembrança comprar o que nos pediu na primeira ocasião remeter-lhes. Também lhes enviaremos o mais breve que nos for possível as fazendas que nos pedem na sua última e preencheremos o fardo, quando seja preciso, com alguns artigos que julgar-mos lhes poderão melhor interessar.⁶

Na década de 1840, a sociedade aberta com o irmão mais novo, Joaquim José dos Santos Junior, a Santos & Irmão, passar a cumprir esse mesmo papel, especializando-se nas atividades financeiras. Na documentação do mesmo Machado de Magalhães é possível encontrar correspondências que evidenciam a intermediação da Santos & Irmãos em seus negócios financeiros, como desconto de letras e pagamentos de fornecedores.

Na lista dos devedores do comendador Paula Santos, identificados nas escrituras notariais, estavam comerciantes, lavradores, mineradores, administradores de companhias de mineração, além de membros das famílias tradicionais da região. Apesar desta diversidade, as transações tiveram algo em comum: a constância da utilização de escravos como garantia de pagamento, ou simplesmente hipoteca. Foi possível rastrear 19 transações de empréstimos feitas e registradas como hipotecas, entre 1835 e 1866. Além do interesse na cobrança de juros, que seguia a tendência de 1 ou 1,5 por cento ao mês, havia a clara preferência à garantia dada pela posse de escravos. Em 18 das 19 escrituras aparecem pelo menos um escravo hipotecado pelo proprietário devedor. No total, foram 113 escravos hipotecados, somente nos registros notariais da capital da província. Estratégia comum a outros negociantes da cidade. Nas décadas de 1830 e 1840, cerca de 80% dos escravos hipotecados na cidade pertenciam aos devedores de comerciantes.⁷

O escravo continuava sendo um bem de valor estável ou crescente no período, que servia como garantia de liquidez, principalmente porque poderiam ser drenados pelo capital comercial para serem alugados ou vendidos às companhias de mineração. Uma passagem pelos “Códices da Polícia da Corte”, especialmente nos “despachos de escravos” é possível identificar que Francisco de Paula Santo e José Peixoto de Souza, outro grande negociante local, registraram compras de escravos. O primeiro registrou 50 escravos em duas passagens nos anos de 1827 e 1829. O segundo registrou 130 cativos, entre 1827 e 1832. O lojista Manoel José F. de Oliveira, cunhado de Paula Santos, registrou 50 almas neste mesmo ano.⁸

Além de fornecedor direto de mão-de-obra escrava para as novas companhias de mineração, seja vinda do tráfico ou drenada localmente, Paula Santos intermediava a compra lavras com proprietários locais e, às vezes, ele mesmo comprava e revendia tais lavras. Em 1835, assinou contrato para intermediar a venda ou arrendamento das propriedades de mineração da família “Pinto e Figueiredo” de Conceição do Mato Dentro para companhias “estrangeiras ou nacionais” por não poderem mais “bem trabalhar e conservar” as terras. No documento ficou estipulado valor, em caso de venda, e das gratificações, em caso de arrendamento, além de comissões para o comendador, ele mesmo, também sócio-proprietário nas ditas lavras. Negócio efetivamente realizado com inglesa

⁴ AHMI. Livros de Notas. Livro 191. Folha 27.1837.

⁵ AHMI. Livros de Notas. Livro 192. Folha 15v.1838

⁶ AHMI. Acervo Barão de Camargos. Correspondências de Modesto Antônio Machado de Magalhães.

⁷ AHMI. Livros de notas. (diversos registros).

⁸ ANRJ. Passaportes e Remessa de escravos. Polícia da Corte. Códices: 421 e 424. Banco de dados IPEA.

Brazilian Company, em 1839⁹. Paula Santos havia intermediado a compra das lavras de Cata Branca, em Itabirito, para mesma empresa. Em 1864, em um segundo ciclo de investimentos na mineração, o comendador intermediou a venda das gigantescas lavras da família Clark e Azeredo Coutinho pelo valor de 114:166\$668 à *East d'el Rey Mining Company*. Além dos prêmios, recebeu ainda parte que lhe cabia com credor das dívidas da família.

Além destas, o comendador ainda teve negócios e intermediou outros com a *Imperial Brazilian Mining Company* e gigante *Saint John Del Rey Mining Company*. Da primeira recebeu, quando dos embargos de seus bens, recebeu 414 escravos fruto da hipoteca que tinha no valor de 150:000\$000. Com a segunda, além do negócio do fornecimento de madeira celebrou o aluguel do referido contingente escravizado, em 1864 (LIBBY, 1984. p. 320).

O viajante Richardo Burton, ao chegar em Ouro Preto no ano de 1867, registrou: “Nós e nosso seguidor encontramos abrigo em casa do comendador Paula Santos. Hospedeiro e Recebedor-geral dos ingleses em Ouro Preto, como fora José Peixoto de Souza, na última geração” (BURTON, Op. Cit. p. 411). A atuação comercial dos dois negociantes citados indica, como em outras pesquisas, que os negócios capitalistas ingleses no Brasil no século XIX, dependeu de acordos políticos, econômicos e até familiares com as elites locais, as quais não se apresentavam de forma passiva (GUIMARÃES, 2012). Além disso, muitos negócios mineradores eram realizados por aventureiros sem capital e capacidade de administração compatíveis com o empreendimento de mineração subterrâneo.

Todos esses elementos exemplificam como empresários se faziam valer do controle do crédito e do comércio de escravos, para se colocarem como peças-chave para a economia regional, e Paula Santos foi o principal deles para Ouro Preto. Foi também o pioneiro local em refletir as mudanças pelas quais passavam a economia capitalista brasileira naquela ocasião

3 – O Negociante capitalista: Paula Santos e os negócios financeiros

A forma urbana de riqueza já estava muito presente nas principais cidades mineiras. Tanto em São João Del Rei quanto em Ouro Preto, as fortunas de negociantes encarnavam este perfil. Predominavam as dívidas ativas, decorrentes de empréstimos, imóveis urbanos e, no avançar da segunda metade do século XIX, apólices da dívida pública, ações e depósitos bancários. Nesse sentido, temos um processo de diversificação de investimentos, mantendo a característica urbana, com traços de modernização, como ocorreu em Salvador, onde profissionais liberais, funcionários públicos, negociantes e rentistas representavam este perfil (MATTOSO, 1992, p. 629).

Na passagem para a segunda metade do século XIX, houve um processo de descolamento da elite usurária/rentista/capitalista do conjunto de comerciantes lojistas estabelecidos, a quem, por tendência, restaria o pequeno crédito e instável negócio de compra e venda de mercadorias. O grande crédito e os investimentos financeiros ficariam reservados aos primeiros, diferente da realidade das décadas anteriores, onde comerciantes lojistas tradicionais dominavam o setor financeiro (ANDRADE, 2013).

O Rio de Janeiro protagonizou a transformação do perfil de investimentos. Uma modernização que se operou muito mais no setor financeiro do que no produtivo rumo à industrialização, embora este último também estivesse em crescimento. Neste caminho, Frago e Martins (2003) analisaram a transformação do empresariado do Rio de Janeiro:

Em princípios do século XIX o negociante de grosso trato não só controlava setores vitais do comércio – tráfico de escravos, importação/exportação e abastecimento – como também desempenhava o papel de usurário. Em suas mãos encontrava-se a liquidez do mercado. Já na segunda metade do oitocentos esta elite econômica passou a concentrar suas atividades, principalmente na banca, deixando pouco a pouco o grande comércio entregue a outros segmentos do empresariado, e especializando-se nos empréstimos (Frago e Martins, 2003, p. 149).

A partir de 1850, com o fim do tráfico e a aprovação do Código Comercial há um rápido crescimento das associações de capitais, o que indica um processo de modernização por aprisionamento racional de capitais (LEVY, 1984). As incertezas da economia nacional, fizeram

⁹ AHMI – Casa do Pilar – Livros de Notas. Livro 188. Folhas 68 e 72.

com que os negócios seguissem o caminho mais seguro da financeirização, principalmente em títulos públicos.

No final da década de 1830 e na década de 1840 o governo provincial lançou mão de alguns editais para a venda de apólices da dívida pública, com o objetivo de financiar a construção da “Estrada do Parahybuna”. A “Pena Santos e Companhia”, realizava, sob comissão, as negociações e pagamentos de juros das apólices mineiras no Rio de Janeiro. O valor nominal das apólices era de 500\$000, mas o valor real mais baixo, de modo a atrair os investidores, que receberiam juros de 6% do valor nominal (MINAS GERAIS, 1840).

O próprio Paula Santos faria uma grande compra em sociedade com José Peixoto de Souza, no ano de 1841. Na oportunidade, 310 apólices (170:000\$000) foram arrematadas por 62% de seu valor nominal (105:000\$000), configurando um negócio vantajoso para a dupla, uma vez que nos anos posteriores, os valores pagos pelo governo para amortização das dívidas chegaram a 73% e 89% do valor nominal (MINAS GERAIS, 1842).

Em 1847, o comendador Paula Santos combinou com o presidente que participaria de mais um “empréstimo provincial”. Foi este o assunto da correspondência remetida:

Sendo hoje o dia assinado para a apresentação das propostas sobre o empréstimo provincial, que se vai emitir, como foi anunciado em edital de 22 de outubro passado, tenho que propor à V. Ex. que estou pronto a tomar todo o empréstimo, entretanto, como V. Ex. em conferência particular, concordou comigo em abrir uma espécie de praça entre os concorrentes capitalistas desta província, aguardo essa ocasião para oferecer as condições. Entretanto, se não houver concorrentes estou prompto para entrar em ajustes com o governo em qualquer dia que for designado.¹⁰

O trânsito direto com o poder provincial é explicado pelos constantes socorros que o comendador Paula Santos, também deputado provincial, oferecia ao governo, em um período que poucos eram os negociantes e proprietários que confiavam parcelas de seus capitais aos fundos da dívida pública provincial.

Outro importante agente investidor de Ouro Preto foi sua Caixa Econômica Particular, que, desde 1838, passou a reunir o pecúlio da população local e investir em títulos da dívida pública e outros ativos financeiros.

O rastreamento dos relatórios de presidente de província permitiu identificar que a criação da Caixa Econômica também corresponderia a um arranjo político. A casa comercial de Francisco de Paula Santos seria a responsável pela compra das apólices e recebimento dos juros, com pagamento de comissões. Para a Província, a vantagem clara seria a de ter mais uma fonte de financiamento das despesas públicas. Em outras regiões do Império, as caixas econômicas também socorriam as finanças provinciais, canalizando as economias acumuladas das populações urbanas.

Pelo que consta nos relatórios das décadas de 1850 e 1860, o sucesso da Caixa de Ouro Preto fez com que pessoas de todas as classes passassem a poupar na instituição, que ganhou credibilidade com os bons dividendos e com a segurança dos investimentos administrados pela casa comercial de Francisco de Paula Santos. Os balanços anuais eram sempre positivos na diferença entradas/saídas e o fundo crescia a cada relatório financeiro, que apresentava ainda a compra de ações do Banco do Brasil.¹¹

O processo de institucionalização da vida financeira brasileira estava em curso com as medidas legislativas do final da década de 1840, que deram confiança e tornaram mais previsíveis os investimentos. Uma reforma bancária de 1853 fundiu o Banco Comercial do Rio de Janeiro com o Banco do Brasil de Mauá. O objetivo do governo era conter a excessiva liquidez do mercado, centralizando e restringindo as emissões de moeda (LEVY, p. 61).

Inicialmente, a capilarização do banco se daria da seguinte forma: as caixas filiais do antigo Banco do Brasil de Mauá, em São Paulo e São Pedro do Rio Grande do Sul, seriam incorporadas. Os Bancos Comerciais da Bahia, Pernambuco, Maranhã e Pará foram transformados em caixas filiais. (GUIMARÃES, 1997, p. 152) Já a Caixa Filial do Banco do Brasil em Minas Gerais foi a

¹⁰ APM. Presidência da Província. 1/3. Cx. 01. Doc 54

¹¹ MINAS GERAIS. Relatórios e falas de Presidente de Província à Assembleia Provincial. Center for research Libraries. Provincial Presidential Reports (1830-1930). Disponível em <http://www.camara.leg.br>.

única instituição a ser criada, o que completaria o círculo das mais ricas províncias alcançadas pelas operações de crédito e emissões do Banco do Brasil. Esta também foi a única a ser encampada com fundos próprios da matriz do Rio de Janeiro (BRASIL, 1854).

Esse processo teve o envolvimento direto do comendador. Joaquim José dos Santos Junior, sócio da Santos & Irmãos, localizada no Rio de Janeiro, foi presidente da Sociedade dos Assinantes da Praça do Rio de Janeiro, entre 1854 e 1856, cargo que comandava a representação de demandas da classe mercantil carioca (GUIMARÃES, 1997, p. 88). Além disso, compôs a diretoria do Banco Comercial do Rio de Janeiro, em 1853, quando houve a fusão com Banco Brasil de Mauá. A partir de então, fez parte da diretoria do novo Banco do Brasil até 1858 (PIÑEIRO, 2002, p. 284).

O início da década de 1850 coincide com a ascensão política de Paula Santos. Depois de três mandatos como deputado da Assembleia Provincial foi eleito para a Assembleia Geral, onde permaneceria por seis mandatos. Em 1854, recebeu a Comenda da Ordem da Rosa. Um ano depois fora eleito para diretoria do Banco do Brasil, permanecendo até 1863. O deputado participou assiduamente dos debates parlamentares sobre reformas no Banco do Brasil, assim como de outras matérias de interesses da mineração, do comércio e transportes.

No período de constituição do estatuto da Caixa Filial de Ouro Preto, que serviu de base para as outras, seu irmão Joaquim José dos Santos Junior era um dos diretores da matriz. É importante observar que o período entre a aprovação do estatuto Caixa Filial de Ouro Preto pelo Conselho de Estado e a efetiva abertura da Caixa, 1856, coincidiu no ano em que, tanto Santos Junior quanto Paula Santos, faziam parte da diretoria do banco, que era composta por 15 membros.

A decisão de instituir a Caixa Filial em Ouro Preto, apesar de São João del Rey ser a cidade comercialmente mais movimentada, seguia o fato lógico de ser a capital. Porém, também pode ter contado com a influência política de nomes como o próprio comendador Paula Santos e senador Manoel Teixeira de Souza (Barão de Camargos), os maiores acionistas do banco residentes em Ouro Preto. Não é coincidência o fato de seu outro irmão, o advogado Marçal José dos Santos, ter sido o primeiro presidente da

Em meados do século XIX, a modernização da vida financeira estava em curso no Brasil, seja pela reforma das instituições e marcos regulatórios, seja pela mudança das práticas e instrumentos de negócios. Essa transformação ocorria ainda dentro de uma estrutura econômica e cultural arcaica: o escravismo, o poder do senhorio da terra e uma quase inexistente industrialização. A trajetória de Francisco de Paula Santos é engendrada dentro deste cenário, sendo ele, ao mesmo tempo que um homem das antigas práticas de mercado, protagonista fundamental da entrada de tais transformações na praça mercantil de Ouro Preto.

4 – A “classe dos homes práticos”: Os negócios do poder

Na década de 1840, o comendador Francisco de Paula Santos estava se tornando um dos mais ricos comerciantes da província, sem dúvida, o mais abastado da capital mineira. Seus negócios com a mineração e com os títulos da dívida provincial o aproximaram da presidência, tanto nos períodos liberais quanto nos conservadores.

A despeito de suas ligações econômicas e de amizade com os líderes liberais, no momento da revolta de 1842, sendo a província comandada por conservadores, ele foi chefe de polícia de Ouro Preto e Coronel Comandante da Legião da Guarda Nacional no município. Como veremos, o prestígio de Paula Santos parece ter se dado por sua atuação política com um perfil mais empresarial e menos comprometida com as dissensões ideológicas.

Por isso, sua capacidade eleitoral não diminui com a derrota dos luzias. Pelo contrário, ainda tinha fôlego para inserir seu irmão mais novo na política provincial. Marçal José dos Santos, advogado formado na faculdade de direito de São Paulo, representante legal de seus negócios, eleito deputado provincial para legislatura de 1842-1843.

Os dois estiveram presentes entre os notáveis eleitos na paróquia, no primeiro pleito após o fim da Revolta de 1842, como podemos verificar no quadro 2.

Quadro 02

Resultado contido na “Ata de eleição da Paróquia de N. S. do Pilar de Ouro Preto”. 1842.

| | Eleitores | Votos | Ocupação | Cargo Público |
|-----------|--------------------------------------|--------------|-------------------|------------------------|
| 1 | Bernardo Jacinto da Veiga | 576 | Bacharel | Pres. da Província |
| 2 | Herculano Ferreira Pena | 572 | Bacharel | Vice da Província |
| 3 | Francisco de Paula Santos | 569 | Negociante | Coronel da GN |
| 4 | Francisco de Magalhães Gomes | 567 | Negociante | Tenente/GN |
| 5 | José M. Manso da Costa Reis | 558 | Militar | Tropa de linha |
| 6 | José Joaquim da Silva Guimarães | 556 | | Capitão/GN |
| 7 | Manoel Alves Toledo Ribas | 552 | Militar | Tropa de linha |
| 8 | Francisco de Paula Ferreira da Silva | 548 | Negociante | Capitão/GN |
| 9 | Pedro Nolasco de Azeredo Coutinho | 538 | Vigário | |
| 10 | Antônio Ribeiro de Andrade | 531 | Vigário | Dep. Provincial |
| 11 | Eugênio Celso Nogueira | 526 | Médico | |
| 12 | Marçal José dos Santos | 522 | Advogado | Dep. Provincial |

Fonte: APM. Câmara Municipal de Ouro Preto. Ata de nomeação de eleitores. 1842. CMOP 3/6 Cx 05.

O envolvimento pessoal dos governantes da província indica a importância que as eleições paroquiais tinham e a grande dimensão que elas ganhavam na Paróquia do Pilar. O prestígio em alta de militares de linha indica frutos colhidos pela atuação de repressão à revolta liberal, tanto de Manoel Alves Toledo Ribas quanto de José Manso da Costa Reis.

A presença de três negociantes na lista de eleitores corrobora com a projeção política da atividade mercantil no âmbito paroquial, o que não se repetia nas escolhas para a Assembleia provincial e Assembleia geral.

Em tese de doutorado apresentei uma série de dados que demonstraram como o grupo de negociantes donos de lojas dominavam amplamente a câmara de vereadores e as altas patentes de oficiais das tropas de Milícias e Ordenanças, depois Guarda nacional, pelo menos até a década de 1850. Realidade que refletia o alcance político da atividade comercial, mas também a manutenção de um grupo de famílias em postos de prestígio e poder locais, desde os tempos coloniais (ANDRADE, 2013)

Ao rastreamos o perfil dos parlamentares eleitos em Minas Gerais, inclusive os ouro-pretanos, é possível notar uma rara presença de negociantes e uma majoritária parcela de magistrados, bacharéis, médicos e religiosos. Era este, pois, o perfil do político mineiro, mesmo que fizesse parte de famílias de proprietários rurais (GENOVEZ, 2003, p. 412).

Os pleitos para estes cargos eram indiretos, sendo o grupo de eleitores, escolhidos pelos votantes da paróquia. Era na conquista dos votantes que estavam depositadas as chances de vitória. Por isso, vários meios foram utilizados: a divulgação do ideário partidário, via circulação de jornais, eventos públicos de disseminação dos nomes e ideias das lideranças e, principalmente, o apoio das bases eleitorais, formadas nas relações clientelares e familiares, por juizes de paz, oficiais da guarda nacional, chefes de polícia, vereadores e empregados provinciais. Para a realidade ouro-pretana, é neste nível que encontramos os negociantes lojistas.

Os irmãos Francisco de Paula Santos e Marçal José dos Santos, no entanto, mantiveram sua trajetória ascendente na política provincial, sendo escolhidos eleitores e, posteriormente, elegendo-se para a 5ª legislatura (1844-1845) da Assembleia Provincial.

Paula Santos mostrou-se um parlamentar atuante, propositivo e combativo nos três mandatos que obteve na casa legislativa mineira, na década de 1840, e nos seis que conquistou na Assembleia Geral, a partir de 1850. Os discursos e projetos sugeridos pelo deputado abordavam temas intimamente ligados às questões econômicas da província e do país. Falava e agia em prol de medidas governamentais e legais para o setor, alegando defender os negócios de fazendeiros, mineradores, comerciantes e empresas. Em algumas situações mostrava-se, politicamente independente, em nome daqueles que dizia representar: a “classe dos homens práticos”.

É importante ressaltar que nenhum outro negociante de Ouro Preto elegeu-se deputado no Segundo Reinado, com exceção de Carlos de Assis Figueiredo, eleito para a Assembleia Provincial, par os biênios 1840-41 e 1848-49. Dessa forma, o processo de descolamento de Francisco de Paula Santos para um nível superior financeiramente e nas práticas de mercado, em relação seus vizinhos

das Ruas São José e Direita, também ocorreu na trajetória política. Quando comparamos sua ascensão com a dos predecessores eminentes comerciantes da praça ouro-pretana, Manoel Soares do Couto, Antônio Ribeiro Fernandes Forbes, José Bento Soares, Carlos e José Batista de Figueiredo, percebemos que estes gozavam de nome familiar e trajetórias anteriores em instituições tradicionais, como a câmara e tropas milicianas. O crescimento político de Paula Santos ocorreu, pelo contrário, no passo de seu enriquecimento, diversificação e modernização das práticas mercantis e financeiras, o que o aproximava dos governantes provinciais situados na capital Ouro Preto.

Os negociantes urbanos que se aventuravam na política eleitoral não agiam como um “bloco de poder” ou “classe mercantil”, mas com estratégias de alcance de prestígio para suas famílias e clãs sociais. Dessa forma, ocupar instituições de poder local era parte de um “fazer-se elite” que a atividade comercial, por sua capacidade de acumulação e possibilidade de domínio clientelar, contribuía parcialmente.

Para Theo Piñeiro (2003), os grandes negociantes do Rio de Janeiro, pela dimensão de seus negócios, se organizavam e agiam politicamente, como tal. Seja através de associações corporativas ou participando da gerência de instituições financeiras e companhias de serviços, a nata mercantil carioca se identificava como “classe dominante” e atuava para defender seus interesses. Na visão do autor, ao se articularem social e economicamente com os proprietários rurais fluminense, formaram o grupo que subordinou outras regiões do país no processo de formação e centralização do Estado brasileiro.

A dimensão mediana do alcance dos negócios, a restrita capacidade de acumulação da economia regional ouro-pretana, o caráter tradicional de suas práticas de mercado e práticas políticas distanciavam os comerciantes da capital da província mineira de uma possível ação como “bloco de poder”. Com as armas que tinham, agiam para se aproximar do poder e reproduzir a hierarquização da sociedade escravista e do regime monárquico. Do ponto de vista estrutural, compunham uma base de intermediários políticos e econômicos, muito importantes para engendrar as redes de poder provinciais e nacionais, como bem salienta diversas pesquisas especializadas, que analisaram famílias, proprietários e comerciantes de outras regiões de Minas Gerais e do Brasil. Por isso, a noção de subordinação congela a atuação dessas elites, como se não estivessem interligadas, numa relação de reciprocidade com o centro.

Em um patamar superior à realidade paroquial encontra-se a trajetória do Comendador Francisco de Paula Santos. Vejamos mais alguns elementos que corroboram esta hipótese.

Na Assembleia provincial, Paula Santos fazia parte da “Comissão de estradas”. Desde o final da década de 1830 até meados da década de 1840, a principal obra do governo de Minas Gerais era a construção da “Estrada do Paraibuna”, percurso que ligaria de forma mais rápida a capital Ouro Preto ao Rio Paraibuna, na Zona da Mata, principal passagem para a província do Rio de Janeiro. Esta seria a primeira grande modificação no secular “Caminho novo”, considerado um dos mais movimentados desde os tempos coloniais. Para se ter uma ideia, o Registro de Matias Barbosa, localizado no caminho, era o de maior arrecadação de impostos, tanto de importação quanto de exportação. Quando o Registro fiscal foi transferido para a Ponte do Paraibuna, este também seria o mais movimentado da província. Após a passagem no Rio Paraibuna, os produtos mineiros chegavam, pela Serra, ao Porto da Estrela e de lá seguiam por embarcações para a cidade do Rio de Janeiro (RESTITUTI, 2006, p. 265 -266).

Apesar de ser credor da obra, via compra de títulos da dívida provincial, ainda em 1845, o deputado ouro-pretano reclamava duramente do atraso nas obras, encomendadas ao engenheiro Henrique Guilherme Halfed, descrevendo os males causados pelas dificuldades de transporte:

Será que a intenção da assembleia provincial, que as coisas continuem assim: que a indústria agrícola defina, e morra, ante os obstáculos, que encontra na dificuldade do transporte? Invoco aqui a opinião dos nobres deputados, que são fazendeiros, que digão eles a que estado desgraçado estão reduzidos os interesses dos agricultores (apoiados). Eu observo, que o assucar que se vende nos engenhos a 800 e 1:000, e nas povoações por poucos mais, entretanto, que no Rio de Janeiro igual gênero se vende à 3:000. Isto que acontece com o assucar acontece com os mais produtos. E porquê? Por que apesar da diferença de preços não convém conduzi-los, não só pelos gastos de transporte, como pela

demora, que há até sua chegada ao mercado, que muitas vezes influi para alterar o gênero etc, etc.¹²

O deputado insta os fazendeiros presentes no plenário a concordarem com sua assertiva de que o transporte é o principal gargalo para a prosperidade do comércio dos produtos mineiros com o Rio de Janeiro. Completa a argumentação exemplificando como a venda do açúcar no comércio da Corte poderia ser promissora, se não fossem os gastos de condução. Propõe então ao governo que conclua a obra da estrada, reduzindo a largura pela metade, para que pelo menos o transporte de gêneros se fizesse com comodidade.

A veemência da cobrança de Paula Santos provocara reações entre os governistas presentes. O sr. Honório Pereira de Azeredo Coutinho questionava: “O senhor está na oposição?”. A resposta escorregadia indica que a causa de suas convicções, a produção e os negócios, estava acima da filiação partidária: “Não estou na oposição: sou semi-presidencial. Estou expondo com toda lealdade a minha opinião. Digo que sou meio governista.”¹³

O governo da província e a maioria da Assembleia eram conservadores, em uma legislatura que ainda vivia as consequências da derrota liberal de 1842. No entanto, naquele ano, 1844, o gabinete ministerial estava prestes a dar uma nova guinada, com reaproximação de D. Pedro II com o Partido Liberal. Assim, o revanchismo e as animosidades com os antigos revoltosos tendiam a se esvaziar. A posição “meio governista” de Paula Santos anunciava sua postura crítica ao governo conservador, que se confirmaria em abril do mesmo ano, quando liderou um grupo de deputados que apresentaram um duro manifesto contra a restauração do imposto da “meia-siza”, incidente sobre a compra e venda de escravos (VENÂNCIO, p. 67-68).

Mais uma vez, o argumento para sua posição era a defesa dos “(...) interesses da agricultura e indústria da província (...)”. Sendo ele mesmo comerciante de escravos e parceiro das empresas de mineração, que usavam amplamente a mão-de-obra cativa, confirma-se assim, sua atuação empresarial no legislativo mineiro.

Na Assembleia Geral, onde estreou em 1850, Paula Santos continuou se envolvendo em discussões de temas como impostos, mineração, bancos, crédito, transporte, comércio e produção. Quando da aprovação de um projeto de isenção de impostos para a extração de cobre e prata, por exemplo, o deputado mineiro lembrou as altas taxas pagas pelas mineradoras estrangeiras que exploravam ouro em Minas Gerais e da necessidade, na visão dele, de desonerá-las. Esteve também como já mencionado, na linha de frente dos debates parlamentares entorno da reforma bancária de 1853, que fundiu o Banco Comercial do Rio de Janeiro com o Banco Brasil de Mauá.

Foi, no nessa circunstância calor das discussões da reforma, que o comendador criticou os propositores do projeto, ao observar que “(...) a classe dos homens práticos, a humilde classe dos homens práticos que eu tenho a honra de representar nesta casa, não está tomando parte nos debates.” (BRASIL, 1853). Suas intervenções sempre caminhavam no sentido de defender a disponibilidade de crédito e moeda sonante, fundamentais para o comércio e agricultura.

Os temas relativos à sua província de origem também estimulavam a atuação do negociante. Em 1854, defendeu a ampliação dos prazos para estudos e “trabalhos preparatórios” realizados por empresas candidatas a exploração dos terrenos diamantíferos, sobretudo, em rios caudalosos. Preocupava-se também em manter a possibilidade de arrendamento dos terrenos em prazos indefinidos, diferente que o governo queria. No ano seguinte, o esforço pessoal de Paula Santos para reduzir os impostos pagos pela Companhia de Morro Velho (*Saint Jonh Del Rey Mining Company*) obteve sucesso. A comissão de orçamento dava parecer favorável à redução paulatina dos direitos até atingir os mesmos patamares das minerações nacionais. A companhia inglesa tinha o maior empreendimento aurífero do país, movimentando uma enorme cadeia econômica na região central de Minas Gerais, que passava pela aquisição de mão-de-obra escrava, incentivo a fundições de ferro, fornecimento de alimentos, madeira, panos etc (BRASIL, 1855). O próprio comendador possuía enormes negócios com a empresa, como o aluguel de escravos e fornecimento de madeiras.

¹² APM. Jornais Mineiros. O compilador. 1845/17/02. p. 02

¹³ APM. Jornais Mineiros. O compilador. 1845/17/02. p. 02

Alcançando o auge de sua riqueza, projeção e reconhecimento político, o deputado mineiro não deixou de pensar na base econômica mercantil, ou seja, o pequeno crédito praticado no interior. Propôs em 1860, um projeto que elevaria a alçada do Juiz de Paz para arbitrar sobre processos de cobranças de dívidas de 50\$000 para 150\$000. Para Paula Santos, a exigência do Código Comercial de que querelas de importância superior a 50\$000 fossem tratadas nas localidades cabeças de distrito jurídico, tornava oneroso o processo, com viagens e pagamentos de advogados. Argumentava em seu discurso:

É um grave inconveniente que atua muito prejudicialmente sobre o comércio e a industria da minha província; e por isso os habitantes daquele país consideram como objeto da maior necessidade uma alteração da legislação nessa parte. No intuito, pois, Sr, Presidente, de atender a esses grandes interesses da minha província, eu vou offerecer a apreciação da câmara um projeto com o fim de elevar um pouco a alçada dos juizes de paz (BRASIL, 1960).

Paula Santos era, neste momento, um grande negociante que atuava em Ouro Preto e no Rio de Janeiro. Com certeza, a dimensão de seus negócios não necessitava de tal medida legislativa, mas o alcance da iniciativa seria politicamente muito promissor, ao atingir a realidade de diversas freguesias de Minas Gerais, sobretudo interessando aos comerciantes locais.

Consolidava-se assim, sua posição de representante dos homens da produção e do comércio, no universo marcadamente letrado, dominado por bacharéis, médicos e sacerdotes. Obviamente que, da mesma forma que seus colegas, estava ali reproduzindo o poder e as clivagens da sociedade escravista, mas sua trajetória marca um perfil de atuação política mais próximo da defesa de grupos de interesse econômico, sobretudo na comparação com seus congêneres ouro-pretanos.

Conclusão

A trajetória do comendador Francisco de Paula Santos mostrou-se, sem dúvida, muito elucidativa das formas de investimento, acumulação, relações sociais e políticas construídas no Império. Manteve-se como negociante e/ou banqueiro por mais de cinco décadas, sempre a partir de sua base econômica e política, a cidade de Ouro Preto. A excepcionalidade de sua fortuna e longevidade profissional, não o desconecta, no entanto, da realidade comum da praça comercial da capital da província e do mercado nacional em formação.

Seus negócios tiveram grande ascensão justamente no período favorável ao comércio na capital, as décadas de 1830 e 1840. Depois das dificuldades das décadas de 1810 e 1820, decorrentes da crise da mineração, o comércio reencontrara o caminho da riqueza, com a montagem do aparato administrativo da província, a nova mineração aurífera com as companhias inglesas e o desenvolvimento agrário-mercantil da província mineira.

Algumas características particulares da economia regional contribuíram para o estabelecimento da hierarquia mercantil. A mineração subterrânea, com capital estrangeiro, ao demandar escravos e abastecimento, surgiu como oportunidade de negócios, mas reduzida ao um pequeno grupo. Não havia exportações muito importantes da região, portanto a multiplicação mercantil e de renda eram precárias, fazendo com que o comércio sobrevivesse em função do crédito e somente alguns comerciantes conseguissem manter a saúde financeira do negócio.

Na década de 1850, entre tantas as transformações da vida econômica, começa a haver um processo de separação entre o rentista/capitalista, que empresta dinheiro a juros e o comerciante de loja. As escrituras e inventários revelaram que, junto com a modernização, houve um descolamento de um pequeno grupo de grandes comerciantes, profissionais liberais e agricultores do universo da venda de mercadorias no balcão. O processo de especialização, típico do desenvolvimento do capitalismo, começa a se processar na distinção entre negócio financeiro e comércio tradicional. Mais uma vez nos deparamos com Francisco Paula Santos que, mesmo podendo ser identificado como um negociante grossista tradicional, foi o pioneiro na adoção de novos investimentos e práticas mercantis/financeiras.

Para Fernand Braudel (1996), em seu clássico volume sobre o comércio na sociedades pré-industriais, era nos pontos mais altos da hierarquia mercantil que as trocas se tornavam mais complexas e sofisticadas, aproximando-se mais das leis do mercado. É possível, portanto, afirmar

que flagramos o processo de transformação pelo qual passavam as trocas no século XIX, através da figura do comendador.

Entretanto, na trajetória de estudos sobre as práticas mercantis e sobre os negociantes no século XIX, vários elementos não econômicos cruzaram nosso caminho. As relações familiares, a inserção política, o prestígio, os vínculos clientelares, entre outros. Adotando alguns elementos da micro-análise, foi possível perceber um conjunto de ações, práticas e estratégias individuais que são orientadas pelos valores culturais, as interações políticas e as estruturas econômicas, mas que divergem entre si, oferecendo uma dinâmica à vida social, que o tratamento de dados massificados não permitiriam (LEVI, 2000).

Nesse sentido, a inserção política do negociante Francisco de Paula Santos não está desconectada de sua trajetória econômica ou dos valores que permeavam a sociedade brasileira no período monárquico. O escravismo, a mentalidade senhorial, o clientelismo e a herança nobelizadora do Antigo Regime português também orientaram suas ações, além do já salientado perfil empresarial que marcou sua atuação parlamentar e financeira.

Aqui se evidencia limitação de interpretações que atribuem à empresários, como Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá, características empreendedoras modernizadoras excepcionais, derrotados pelo atraso do Estado e da sociedade. Na verdade, esses homens se faziam como empresários elite dentro do esquema socio-político em que foram forjados.

Fontes

Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência. AHMI. Casa do Pilar. Livros de notas. (1º, 2º, 3º tabeliões).

AHMI. Acervo Barão de Camargos. Correspondências de Modesto Antônio Machado de Magalhães.

Arquivo Público Mineiro. APM. Presidência da Província. 1/3. Cx. 01. Doc 54.

APM. Câmara Municipal de Ouro Preto. CMOP ¾. doc 46.

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação. Matrícula dos Negociantes de grosso trato e seus Guarda Livros e Caixeiros. Códice 170.

Fontes impressas

BRASIL. Congresso nacional. Câmara dos deputados. Coleção das leis do Império. Conselho de Estado. Res. N. 376. 16 de dezembro de 1854.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos deputados. Anais da câmara dos deputados. Volume 2. 21/07/1860. Disponível em: www.camara.leg.br.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos deputados Anais da câmara dos deputados. Volume 2. 12/06/1855. Disponível em: www.camara.leg.br.

MINAS GERAIS. “Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas-Geraes na sessão ordinaria do anno de 1840 pelo presidente da provincia, Bernardo Jacintho da Veiga.” Ouro Preto. Typ. do Correio de Minas, 1840. Disponível em http://www.crl.edu/brazil/provincial/minas_gerais

MINAS GERAIS. “Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas-Geraes na abertura da sessão ordinaria do anno de 1842, pelo vice-presidente da provincia, Herculano Ferreira Penna.” Ouro Preto. Typ. do Correio de Minas. 1842. Disponível em http://www.crl.edu/brazil/provincial/minas_gerais

MINAS GERAIS. Relatórios e falas de Presidente de Província à Assembleia Provincial. Center for research Libraries. Provincial Presidential Reports (1830-1930). Disponível em http://www.crl.edu/brazil/provincial/minas_gerais

Bibliografia

ANDRADE, Leandro B. *Negócios capitais: práticas mercantis, negociantes e elites urbanas na Imperial Cidade de Ouro Preto, c. 1822 – c. 1864*. Rio de Janeiro. PPGHIS/UFRJ. Tese de doutoramento. 2013.

- ANDRADE, Marcos Ferreira. *Elites regionais e a formação do Estado Imperial Brasileiro. Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850)*. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro. 2008.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização, matéria, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII: Os Jogos das trocas*. São Paulo. Martins Fontes. 1996.
- BURMEISTER, Hermann – “*Viagem ao Brasil, através das Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*”, Editora Itatiaia, 1980.
- BURTON, Richard. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. Brasília. Senado Federal. 2001.
- DOLHNIKOFF, Miriam. “Elites regionais e a construção do Estado Nacional.” In.: JANCSÓ, István. (org). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. Ijuí - São Paulo. Hucitec/UNIJUÍ/FAPESP. 2003.
- FRAGOSO, J. L. e MARTINS, M. F. “Grandes negociantes e elite política nas últimas décadas da escravidão. 1850-1880”. In.: FLORENTINO, M. e MACHADO, C. (org). *Ensaio sobre a escravidão*. Belo Horizonte. Editora UFMG. 2003.
- GRAHAM, Richard. “Clientelismo e cultura política brasileira”. *Papers*. Instituto Fernand Braudel. Num. 02. São Paulo. 1999.
- HEINZ, Flávio M. “O historiador e as elites – à guisa de introdução.” In.: (org) *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro. Editora FGV. 2006. p. 7-16.
- GUIMARÃES, Carlos Gabriel. *A presença inglesa nas finanças e no comércio no Brasil imperial: os casos da sociedade bancária Mauá, Macgregor & Co (1854 – 1866) e da firma inglesa Samuel Phillips & Co (1808 – 1840)*. São Paulo. Ed. Alameda. 2012
- _____. *Bancos, economia e poder no segundo Reinado: o caso da sociedade bancária Mauá Mac Gregore e Companhia. (1854-1866)*. Tese de doutoramento. USP. São Paulo. 1997.
- LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação. O abastecimento da Corte na formação política do Brasil – 1808-1842*. São Paulo. Ed. Símbolo. 1979.
- LEVY, Maria Bárbara. *A indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas*. Ed UFRJ. 1994.
- LIBBY, Douglas Cole. *Trabalho escravo e capital estrangeiro no Brasil: O caso da Mina do Morro Velho. 1834-1886*. Ed. Itatiaia. Belo Horizonte. 1984.
- LEVI, Giovanni. *Herança Imaterial. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2000.
- MARTINS, Maria Fernanda. *A velha arte de governar: Um estudo sobre política e elites, a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2007.
- MATTOS, Ilmar R. *O tempo saquarema: a formação do Estado Imperial*. São Paulo. Hucitec. 1990.
- MATTOSO, Kátia M.Q. “*Bahia, Século XIX. Uma província do Império*”. São Paulo. Ed. Nova Fronteira. 1992.
- OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira. *Entre a casa e o armazém: Relações sociais e experiência da urbanização em São Paulo. 1850-1900*. São Paulo. Alameda. 2005.
- PETRONE, M. Tereza. *O Barão de Iguape: um empresário da época da independência*. Brasília. Ed. Nacional. 1976.
- PIÑEIRO, Theo Lobarinhas. *Os simples comissários: Negociantes e política no Brasil Império*. Tese de doutoramento. UFF. 2002.
- RESENDE, Edna Maria. *Ecos do Liberalismo: ideários e vivências das elites regionais no processo de construção do Estado Imperial, Barbacena (1831-1840)*. Belo Horizonte. Tese de doutoramento. FAFICH.UFMG. Belo Horizonte. 2008.
- RESTITUTI, Cristiano Corte. *As fronteiras da província. Rotas do Comércio interprovincial. 1839-1884*. Araraquara. Dissertação de mestrado. Araraquara. UNESP. 2006.
- VARGAS, Jonas Moreira. *Entre a paróquia e a corte: os mediadores e as estratégias familiares da elite política do Rio Grande do Sul. 1850-1889*. Santa Maria. Editora UFSM/Anpuh-RS. 2010.
- VENÂNCIO, Anderson Luís. *A força que vem do centro: a influência conservadora na província de Minas Gerais. 1844-1853*. Dissertação de mestrado. UNESP. Júlio de Mesquita. Franca. 2005.